

## EIXO TEMÁTICO 2 | TRABALHO, QUESTÃO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

### AS PRAÇAS PÚBLICAS DE MOSSORÓ (RN) ENQUANTO TERRITÓRIO PARA O COMÉRCIO DA ALIMENTAÇÃO PARA CONSUMO FORA DO LAR

#### THE PUBLIC SQUARES OF MOSSORÓ (RN) AS A TERRITORY FOR THE TRADE OF FOOD FOR CONSUMPTION AWAY FROM THE HOME

Erik Albino de Sousa<sup>1</sup>

Rita de Cássia da Conceição Gomes<sup>2</sup>

#### RESUMO

As praças públicas estão presentes nas cidades do Brasil desde sua origem, neste artigo aborda-se as praças públicas de Mossoró enquanto uso do território do comércio e serviços de alimentação. Para isso, foi feita leitura bibliográfica sobre as praças brasileiras, o ato de alimentação fora do lar enquanto hábito social moderno e o uso do território. Percebeu-se que há uma diversidade de agentes diferentes em modernidade e infraestrutura que ocupam as praças públicas de Mossoró de acordo com a localização e estrutura das praças, tornando as praças um elemento influenciado e influenciador do poder de escolha de instalação desses estabelecimentos.

**Palavras-chave:** praças públicas; alimentação fora do lar; uso do território.

#### ABSTRACT

Public squares have been present in Brazilian cities since their origins. This article addresses the public squares of Mossoró as a use of the territory for commerce and food services. To this end, bibliographical reading was carried out on Brazilian squares, the act of eating outside the home as a modern social habit and the use of the territory. It was noticed that there is a diversity of different agents in terms of modernity and infrastructure that occupy the public squares of Mossoró according to the location and structure of the squares, making the squares an element influenced and influencing the power to choose the installation of these establishments.

<sup>1</sup> Doutorando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGe) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

<sup>2</sup> Doutora em Geografia e professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGe) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

**Keywords:** public squares; eating outside the home; use of territory.

## 1 INTRODUÇÃO

As praças públicas estão historicamente presentes nas cidades brasileiras desde o período colonial. As praças, surgiram inicialmente ligadas diretamente a Igreja Católica que era outorgada em um pedaço de terra a qual costumeiramente era edificada a capela, seu adro e o rossio.

As capelas com suas praças se localizavam ao centro das vilas, ao redor se instalavam os edifícios importantes, como a casa dos governantes, casa da Câmara, a cadeia e delegacia, bem como os casarios e habitações.

Para Robba e Macedo (2010, p. 22) as praças eram os locais de interação de todos os segmentos da sociedade, a qual “a população da cidade colonial manifestava sua territorialidade, os fiéis demonstravam sua fé, os poderosos o seu poder, e os pobres, sua pobreza”.

Era, pois, a praça da capela o principal ponto de encontro, espaço de lazer, ritos e festas religiosas, além das atividades comerciais. Contudo, passado séculos, o uso do território e a função das praças nas cidades foram mudando, por questões como:

- a) O crescimento do aglomerado humano nas cidades, fazendo surgir outras praças além da praça matriz.
- b) A descentralização dos espaços de lazer e encontro nas cidades, como o surgimento de shoppings, cafeterias, lanchonetes, restaurantes, bares, etc.
- c) Problemas urbanos como a violência.

Essas mudanças, acentuadas a partir do fim do séc. XX contribuíram para um esvaziamento nas praças. Como forma de mitigar esse problema, surgiram projetos que intensificassem o comércio nas praças como forma de atrair consumidores e desenvolver fluxo de pedestres no espaço (Robba e Macedo, 2010), causando mudanças no uso do território desses espaços.

Entre o comércio e serviço que passaram ocupar as praças, destaca-se o da alimentação fora do lar que une de praticidade e lazer, tornando-se cada vez mais comum nas áreas urbanas. Acarretando transformações nas atividades do comércio e serviços, nas lógicas espaciais, nos movimentos de oferta de bens e serviços e na divisão econômica e social do espaço.

Para compreender as atividades comerciais voltadas a venda e consumo de alimentação que ocorrem nas praças é preciso a uma análise que abrange questões como organizações ligados à produção, distribuição, estoque, venda e práticas do consumo dos alimentos, sendo uma considerável temática para entendimento de fatores socioculturais, econômicos e principalmente espaciais das atividades comerciais e de serviços de alimentação.

Para Antipon e Cataia (2018), em pesquisa sobre território, desigualdade e resistência em Campinas, o ato de comer fora do lar é uma realidade urbana, pois, na cidade se encontram indivíduos que são incluídos numa alta rotina de trabalho que os obrigam, além de se alimentar nas ruas, também a buscar refeições mais baratas, tornando esse tipo de hábito um mercado de consumo em massa.

Em trabalho sobre o crescimento da alimentação fora do lar, Leal (201) destaca que há algum tempo era impossível para parte significativa da população brasileira alimentar-se fora do lar de algo além do “feijão e arroz”. Hoje, com a presença dos fast food (impulsionados, principalmente, como resposta ao rápido ritmo de vida urbano), esta realidade foi modificada.

Para essa mudança, o autor destaca pontos como a intensa urbanização e industrialização no país durante os anos 1950 e 1960, a profissionalização das mulheres e entrada no mercado de trabalho, a elevação do nível de vida, o uso do carro de forma mais difundida e maior acesso ao lazer e viagens.

São diversas as temáticas a qual os comércio e serviços de alimentação podem ser utilizados enquanto categoria de análise do espaço geográfico devido suas modificações que adaptam e são adaptadas aos contextos espaciais, sociais, culturais, políticos e econômicos.

Esse fenômeno de alimentar-se, como hábito essencial, interligado às desigualdades sociais e econômicas, faz com que o espaço geográfico enquanto fato, fator e instância social (SANTOS, 1988) crie atributos para o desenvolvimento das diferentes formas de produção, circulação, armazenamento, comércio e consumo das práticas alimentares.

É trazendo ao debate das ciências sociais questões como o uso do território, tanto quanto abrigo tanto quanto recurso, das praças públicas pelo comércio e serviço de alimentação fora do lar, compreendendo questões como o comércio alimentício informal, as singularidades de formas de venda, as formas de atrair consumidores, entre diversas outras temáticas, que se pode haver entendimento sobre as novas dinâmicas de consumo que modificam as complexidades sociais como um todo.

## 2 O COMÉRCIO E SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO FORA DO LAR

Entender as relações de consumo na cidade é de fundamental importância para compreender a organização da economia urbana e as dinâmicas socioespaciais cotidianas (SILVEIRA, 2013). O ato de comer fora do lar está cada vez mais se tornando algo além da necessidade de suprir a necessidade alimentícia, mas também vinculada a questões como lazer, sociabilidade e prazer.

Para Ortigoza (2009) a rotina e o cotidiano são motivos que fazem com que a alimentação seja uma temática importante para o estudo geográfico, pois:

No ramo de alimentação, a mundialização se aplica de forma mais intensa, pois os hábitos de consumo são incorporados de maneira mais rápida no cotidiano urbano e acabam padronizando os comportamentos de compra. Este processo se desenvolve de maneira sutil, com a incorporação de ideologias de consumo e práticas socioespaciais, que podem até passar despercebidas num primeiro momento. (ORTIGOZA, 2009, p. 70-71)

A presença espacial do ramo de alimentação, em especial dos estabelecimentos de venda de alimentação para consumo fora do lar ocorre, pois, a alimentação é um dos gastos básicos de um cidadão. Todavia, o consumo não acontece de forma igualitária, não são todos os consumidores que têm o poder de escolha do que frequentar e do que comprar.

Para estes, que detém o poder de escolha, os espaços de consumo vão se modificando tentando atrair e aumentar o público (ou selecionar). Tornando-se estabelecimentos que se caracterizam como algo além de locais de consumo, mas também espaços de lazer, status/prestígio ou localidades para pequenas reuniões, negócios, encontros ou comemorações.

Esses consumidores almejam, além do consumo de mercadoria, o consumo do espaço, movido pelo sentimento de prazer (GHIZZO, 2017), numa realidade a qual:

Em resposta à lógica de acumulação capitalista, os próprios espaços comerciais tornam-se também mercadorias e são consumidos, à medida que substituem antigos padrões comerciais; concentram uma variedade de serviços e de atividades de lazer; adquirem forte dimensão simbólica; e legitimam a segregação socioespacial (COUTO; ELIAS, 2015, p. 59).

Para haver compreensão das atividades comerciais deve-se levar em consideração o contexto em que elas estão inseridas. Estudando a evolução do comércio e dos serviços em Mossoró, Couto e Elias (2015) descrevem que, atualmente esse contexto é marcado pela

financeirização das relações econômicas e sociais, a dinâmica da divisão do trabalho e novos modelos de produção e de consumo que favorecem atividades modernas associadas às transformações do comércio.

Porém, não são todos os estabelecimentos que acompanham essa realidade de modernização. Há, do mesmo modo, no comércio alimentício, segmentos nos quais sujeitos periféricos ao sistema capitalista que se reproduzem, sobrevivem e resistem num outro lado da mesma realidade, um lado que dinamiza sua renda de forma alternativa ao mercado excludente (ANTIPON, 2017).

Como visto anteriormente, as praças são historicamente locais de encontro e materialização da vida urbana no Brasil desde sua época de colonização. Num país a qual o comércio e serviço apresentam, tanto do ponto de vista formal quanto informal, umas das principais atividades de recurso financeiro da população, as praças se apresentam enquanto espaço propício para serem apropriadas tanto pelo circuito inferior quanto superior da economia urbana

## 2.1 AS PRAÇAS PÚBLICAS DE MOSSORÓ E O USO DO TERRITÓRIO PELO COMÉRCIO E SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO FORA DO LAR

Dentre os diversos espaços públicos encontrados nos contextos urbanos, destacamos aqui as praças que, de acordo com Batista e Bartolo (2022), é o lócus da coletividade e da produção social, os autores destacam estas características devido o caráter multifuncional deste espaço, além da essência democrática por não haver barreiras físicas que impeçam seu uso.

Segundo Gomes (2012) os espaços públicos, como as praças, devem ser percebidos não apenas pela sua forma física (uma rua, praça, praia, etc.), mas também pela forma abstrata que o caracteriza como espaço público, que é a característica de um espaço democrático e comum todos, onde os sujeitos podem expressar como iguais sua vida política.

Logo, pode-se perceber o espaço público como local de encontro e sociabilidade coletiva entre indivíduos que, neste espaço, são indivíduos em comum, não importa as distinções classe econômica, de idade, cor, sexo ou origem geográfica, é, no espaço público onde estes não são divididos em classes ou categorias, mas estão em convivência como iguais.

As praças abarcam uma diversidade de ações e atividades urbanas, como o comércio, lazer, expressão cultural e religiosa, local de atos políticos, entre outros, todavia, a análise deste trabalho propõe compreender a praça enquanto espaço de reprodução da vida a partir do hábito da alimentação fora do lar.

Trabalhos como os de Santos, Nogueira e Bartolo (2018), Padilha e Pacheco (2020) e Batista e Bartolo (2020) destacam as praças públicas do mundo atual, regido pela sociedade do consumo, enquanto espaço patrocinador e estimulador do consumismo, a qual o Estado cria praças que promovem o espaço público destinado a indivíduos que possuem maior poder aquisitivo.

Essa segregação pode ocorrer, embora não de forma física, mas de forma simbólica, como as roupas, bolsas e acessórios utilizados pelos consumidores dessas praças em específico, além dos preços dos produtos ofertados.

Todavia, há praças que embora dentro e/ou ao seu entorno sejam encontrados comércios e serviços de alimentação, entre outros, não são espaços que adentram a lógica capitalista hegemônica, pois são estabelecimentos mantidos e consumidos pela população do próprio bairro, ou da vizinhança, que por diversos motivos fixam seu estabelecimento na praça de bairro enquanto localidade de fonte de renda.

Esses estabelecimentos podem ser analisados no que Santos (1979) chamou de circuito inferior da economia urbana, caracterizado pelo autor, na época por atributos como trabalho intensivo, organização primitiva, capital reduzido, emprego volumoso, assalariamento não obrigatório, publicidade nula, entre outros.

Apesar das características ditas pelo autor não serem as mesmas no mundo atual, a teoria ainda se faz importante para compreensão da diferenciação de oferta de serviços nos espaços urbanos do país.

De forma mais específica, no que diz respeito o circuito inferior dos comércios e serviços de alimentação, Antipon e Cataia (2018) descrevem a sua importância para o entendimento da economia dos espaços urbanos:

O circuito inferior da economia urbana, pensado a partir desse importante comércio popular de alimentos, revela a força dialética [...]: fruto da desigualdade socioespacial do país, é ele quem permite, a partir da criatividade, espontaneidade e resistência (características inerentes aos inúmeros homens e mulheres pobres do lugar) uma reflexão e prática profunda sobre as tramas da cidade em sua totalidade. (Antipon e Cataia, 2018, p. 602)

Como visto, o circuito inferior se faz importante para compreensão das economias dos pobres nas cidades, economia essa, presente de forma relutante, também, nas praças públicas das cidades que devido sua essência democrática, são apropriados como local de dimensão do cotidiano e reprodução da vida.

Para discutir as praças enquanto território usado para o comércio e serviço de alimentação fora do lar, foi recorrido a Milton Santos (2000, 2006, 2011, 2014) que descreve a diversidade complexa do território que deve ser compreendida por e partir do seu uso, para o autor, o geógrafo não deve se preocupar com o território em si, mas com o território usado, inseparando a materialidade (natureza) e o seu uso desenvolvido pela ação humana, composto pelo trabalho e a política.

Essa inseparação se materializa de forma distinta, demonstrando a diversidade do uso do território, o autor descreve que:

O território é formado por frações funcionais diversas. Sua funcionalidade depende de demandas de vários níveis, desde o local até o mundial. A articulação entre diversas frações do território se opera exatamente através dos fluxos que são criados em função das atividades, da população e da herança espacial (Santos, 2014, p. 96)

Ressalta-se que o uso do território não é apenas diferente, mas também, desigual, para Santos (2000) os atores hegemônicos e os atores hegemonzados detêm e usam o território de formas diferentes, para um lado o território é recurso e garantia dos seus interesses particulares, para o outro, é abrigo, a qual cabe aos hegemonzados se adaptarem ao meio geográfico e recriar estratégias que garantam suas sobrevivências.

É a diferença desigual do uso do território que faz com que este seja, também, causa da desigualdade entre os indivíduos e a ausência da cidadania, a qual o território pode ser perverso e excludente, separando os sujeitos (Santos, 2011). Esta realidade se torna cada vez mais perversa num mundo neoliberal, que leva o território a uma maior seletividade, afetando os indivíduos hegemonzados que são impulsionados cada vez mais distantes dos centros, tornando-os cada vez mais isolados, dispersos e distantes (Santos e Silveira, 2006).

Analisar o território usado, e o uso do território, refere-se ao envolvimento de todos os atores independente de sua força e desigualdade (o Estado, as empresas, instituições, os

indivíduos...), a qual o que ocorre é “uma dialética entre homens no território; é o território no processo de ser usado” (Silveira, 2011, p. 153).

Em Mossoró foi-se percebido diferentes usos do território nas praças públicas pelo comércio e serviço de alimentação, em atividades durante o dia, oferecendo café, almoços ou lanches rápidos para as pessoas, até, também, atividades noturnas que oferecem não apenas o consumo no espaço, mas também consumo do espaço, se configurando enquanto atividade de lazer para a população.

Notou-se diferentes formas de vendas para consumidores que buscam uma alimentação tanto como necessidade (como a hora do almoço, por exemplo), há aqueles que querem aproveitar a sociabilidade e lazer do espaço. Além disso, são construídas diversas estratégias para atrair consumidores, desde telões de jogos, música ao vivo, jogos como bingo, entre outros.

As praças, também são organizadas de formas diferentes, deste apropriações informais e espontâneas, como camelôs e ambulantes que ali se instalam e desenvolvem seus pontos, há estruturas construídas pela própria prefeitura para a instalação de redes de franquias, como é o caso da Praça de Convivência (Figura 1).

Observa-se há apropriação das praças públicas pelos dois circuitos da economia urbana descritos por Milton Santos (2018), tanto um circuito inferior por agentes de menor poder aquisitivo, que não só se instalam nas praças centrais, mas também desenvolvem atratividade para as praças de bairros mais distantes da centralidade da cidade.

Enquanto por outro lado, há o circuito superior e superior marginal que se concentra unicamente na principal praça de alimentação da cidade, usufruindo de uma melhor estrutura (iluminação, banheiros, calçadas, escadas, entre outros), localização (na Avenida Rio Branco, uma das principais da cidade), melhor segurança, entre outros fatores.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Como visto, a teoria dos circuitos da economia urbana ainda é uma leitura válida para compreensão das atividades que ocorrem nos espaços urbanos dos países subdesenvolvidos.

Entre as atividades que a teoria pode ser utilizada, vê-se, a do comércio e serviços de alimentação que como já debatido se configura é diverso em tecnologia, capital e organização.



Abarcando desde uma parcela de consumidor que procura um consumo rápido e necessário, até aqueles que desejam usufruir do espaço enquanto, também, mercadoria.

Em Mossoró, foi perceptível que o circuito superior e superior marginal também se apropriam das praças públicas, se localizando na Praça da Convivência, espaço de centralidade da cidade que detém uma das melhores infraestruturas e localização dos equipamentos públicos da prefeitura da cidade.

Por outro lado, há um circuito inferior que se instalam não somente nas praças de centralidades, mas também nas praças de bairros mais distante do centro, servindo enquanto lazer para a população de bairros de menor poder aquisitivo que ali consomem por diversos motivos, desde a identificação ao espaço, à falta de possibilidade de usufruir de outros espaços.

É preciso que haja políticas públicas que assegurem o lazer e sociabilidade nas praças independente do bairro a qual estão localizadas, levando em consideração sua importância histórica, social, cultural e econômica para a população local que até os dias de hoje a utilizam como território nas diversas formas de usos e expressões.

## REFERÊNCIAS

- Antipon, Livia Cangiano. **O circuito inferior da economia urbana no centro de Campinas: a dimensão do comércio popular de alimentação**. Dissertação (mestrado) Universidade Estadual de Campinas: Campinas, SP, 2017.
- ANTIPON, Livia Cangiano; CATAIA, Marcio Antonio. Mercado socialmente necessário e comércio popular de alimentos no centro de Campinas: território, desigualdade e resistência. *Geosp – Espaço e Tempo* (Online), v. 22, n. 3, p. 591-606, dez. 2018
- BATISTA, Ramony Pereira; BORTOLO, Carlos Alexandre. OS USOS DOS ESPAÇOS PÚBLICOS: A PRAÇA E SUA DINÂMICA NA CIDADE ATUAL. *Geo Uerj*, n. 40, p. 51763, 2022.
- GHIZZO, Márcio Roberto. O comércio e o consumo na produção da cidade: estudo sobre o Aglomerado Urbano de Maringá (PR). In: BOVO, Marcos Clair; COSTA, Fábio Rodrigues da (org.). **Estudos urbanos: conceitos, definições e debates**. Unespar. Campo Mourão: Fecilcam, 2017.
- GOMES, Paulo César da Costa. **Olhares geográficos: modos de ver e viver o espaço**. (org.) CASTRO, Iná Elias de, GOMES, Paulo César da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 2012.
- LEAL, Daniele. Crescimento da alimentação fora do domicílio. **Segurança alimentar e nutricional**, v. 17, n. 1, p. 123-132, 2010.

ORTIGOZA, Silva Aparecida Guarniei. **Geografia e Consumo**: Dinâmicas sociais e a produção do espaço urbano. Tese (Doutorado). Universidade Estadual paulista em Franca: UNESP: Rio Claro-SP, 2009

PADILHA, Marcela do Nascimento, PACHECO, Reinaldo. Espaço público ou espaço de consumo? O caso da praça Higino da Silveira, um lugar turístico da cidade de Teresópolis/RJ. Revista Turismo y Desarrollo local.

ROBBA, Fabio e MACEDO, Silvio Soares. **Praças brasileiras = public squares in Brazil**. . São Paulo: EDUSP. . Acesso em: 23 abr. 2024. , 2010

SANTOS, Milton. **O espaço da cidadania e outras reflexões** – Porto Alegre: Fundação Ulysses Guimarães, 2011.

SANTOS, Milton. **O espaço Dividido**: Os dois circuitos da Economia Urbana dos países subdesenvolvidos. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

SILVEIRA, Maria Laura. Da pobreza estrutural à resistência: Pensando os dois circuitos da economia urbana. **Ciência Geográfica** - Bauru - XVII - Vol. XVII - (1): Janeiro/Dezembro – 2013.